

SUMÁRIO

1. HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO	33
1.1 História Geral do Direito do Trabalho	33
1.2 História do Direito do Trabalho no Brasil	37
2. CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	41
2.1 Denominação	41
2.2 Conceito	42
2.3 Divisão da matéria para fins didáticos	43
3. AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO	45
3.1 Autonomia do Direito do Trabalho	45
3.2 Relações do Direito do Trabalho com outros ramos do Direito	46
3.3 Direito do Trabalho no contexto dos direitos humanos fundamentais	48
3.4 Relações do Direito do Trabalho com outras ciências	52
3.5 Direito do Trabalho e meio ambiente do trabalho	53
3.6 Natureza jurídica do Direito do Trabalho	55
4. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	57
4.1 Fontes materiais e fontes formais	57
4.2 Classificação das fontes	57
4.3 Fontes formais do Direito do Trabalho	59
4.3.1 Constituição	59
4.3.2 Leis	60
4.3.3 Atos do Poder Executivo	61
4.3.4 Sentença normativa	62
4.3.5 Jurisprudência	62
4.3.6 Sentença arbitral	64
4.3.7 Convenções e acordos coletivos	67
4.3.8 Usos e costumes	67
4.3.9 Regulamento de empresa	68
4.3.10 Contrato de trabalho	69
4.3.11 Princípios jurídicos	69
5. INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DAS NORMAS DE DIREITO DO TRABALHO	71

5.1	Interpretação do Direito do Trabalho	71
5.2	Integração do Direito do Trabalho	73
5.3	Eficácia das normas de Direito do Trabalho no tempo	76
5.3.1	Segurança jurídica, irretroatividade e direito adquirido	78
5.4	Eficácia das normas de Direito do Trabalho no espaço	86
6.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	91
6.1	Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito	91
6.2	Funções dos princípios de direito	92
6.3	Princípios de Direito do Trabalho	94
6.3.1	Princípio de proteção	96
6.3.2	Princípio da irrenunciabilidade	100
6.3.3	Princípio da primazia da realidade	102
6.3.4	Princípio da continuidade da relação de emprego	102
6.3.5	Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho	104
6.4	Flexibilização e Direito do Trabalho	109
6.4.1	Flexibilização e desregulamentação	110
6.4.2	Limites da flexibilização no Direito do Trabalho	110
6.4.3	Hipóteses de flexibilização	113
7.	DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	121
7.1	Introdução	121
7.2	Ratificação de normas internacionais	121
7.3	Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional ...	124
7.4	Organização Internacional do Trabalho	128
7.4.1	Instituição	128
7.4.2	Composição	128
7.4.3	Convenções e Recomendações	129
7.4.4	Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho	130
7.5	Direito Comunitário	134
8.	CONTRATO DE TRABALHO	137
8.1	Denominação	137
8.2	Natureza jurídica	138
8.3	Contrato de adesão, contrato individual de trabalho e contratação do empregado	139
8.3.1	Contrato de trabalho por equipe	144
8.4	Conceito	145
8.5	Requisitos	145
8.5.1	Pessoa natural	145
8.5.2	Pessoalidade	145
8.5.3	Não eventualidade	146

8.5.4	Subordinação	146
8.5.5	Onerosidade	148
8.6	Características	148
8.7	Elementos do contrato de trabalho	149
8.7.1	Existência	149
8.7.2	Validade	149
8.7.2.1	Contrato de trabalho com o índio	159
8.7.3	Eficácia	162
8.7.4	Cláusula de não concorrência	165
8.8	Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido .	166
8.9	Direitos e deveres	169
8.9.1	Direitos intelectuais e invenções do empregado	170
8.9.2	Indenização por dano moral e material trabalhista	175
8.9.2.1	Dano estético	176
8.9.2.2	Assédio moral	177
8.9.2.3	Assédio sexual	178
8.9.2.4	Trabalho análogo à condição de escravo	180
8.9.2.5	Trabalho decente	184
8.9.2.6	Requisitos e critérios para a fixação da indenização por danos morais e materiais	186
8.9.2.7	Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro	188
8.9.2.8	Dano moral coletivo	190
8.10	Diferenças entre o contrato de trabalho e outras modalidades contratuais	195
8.11	Contrato a prazo determinado	196
8.11.1	Contratação	196
8.11.2	Hipóteses de cabimento	197
8.11.3	Prazos de duração e prorrogação	199
8.11.4	Suspensão no curso do contrato a prazo determinado	200
8.11.5	Nova contratação	202
8.11.6	Extinção antecipada	203
8.12	Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas	205
8.12.1	Contrato de trabalhador rural por pequeno prazo: Lei 11.718/2008	205
8.12.2	Contrato de trabalho por obra certa	212
8.12.3	Contrato de trabalho por prazo determinado especial: Lei 9.601/1998	213
8.12.4	Contrato de trabalho do atleta profissional	214
8.12.5	Contrato de trabalho do artista	220
8.13	Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974	222
9.	EMPREGADO	227

9.1	Conceito	227
9.2	Espécies de empregado	227
9.2.1	Empregado eleito diretor de sociedade	228
9.2.2	Empregado em domicílio	228
9.2.2.1	Teletrabalho	229
9.2.3	Empregado doméstico	232
9.2.4	Empregado rural	237
9.2.5	Empregado público	240
9.2.6	Empregado aprendiz	251
9.2.7	Mãe social	257
9.2.8	Aeronauta	259
9.2.9	Professor	266
10.	MODALIDADES ESPECIAIS DE TRABALHADORES	269
10.1	Trabalhador avulso	269
10.1.1	Trabalhador portuário: avulso e empregado	273
10.2	Estagiário	279
10.3	Trabalhador autônomo	288
10.4	Trabalhador eventual	291
10.5	Trabalhador voluntário	291
11.	EMPREGADOR	295
11.1	Conceito	295
11.1.1	Empresa	295
11.1.2	Empregador por equiparação	297
11.2	Grupo de empresas	298
11.3	Consórcio de empregadores	302
11.4	Sucessão Trabalhista	305
11.4.1	Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005	309
11.4.2	Despersonalização do empregador e teoria da desconsideração da personalidade jurídica	313
11.4.3	Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais)	331
11.5	Poder de direção do empregador	335
11.5.1	Conceito	335
11.5.2	Fundamento	335
11.5.3	Conteúdo	336
11.5.4	Verificação de <i>e-mail</i> pelo empregador	339
11.5.5	Regulamento de empresa	341
11.5.6	Revistas pessoais	342
12.	TERCEIRIZAÇÃO	345
12.1	Considerações sobre a terceirização no Direito do Trabalho	345
12.2	Terceirização lícita e intermediação ilícita de mão de obra	346
12.3	Cooperativas de trabalho	363

13. REMUNERAÇÃO	365
13.1 Conceito	365
13.1.1 Remuneração	365
13.1.2 Gorjeta	366
13.2 Parcelas salariais	368
13.2.1 Comissões e percentagens	369
13.2.2 Gratificações	369
13.2.3 Décimo terceiro salário	371
13.2.4 Quebra de caixa	374
13.2.5 Prêmios	375
13.2.6 Abonos	376
13.3 Adicionais ao salário	376
13.3.1 Adicional de horas extras	377
13.3.2 Adicional (pelo trabalho) noturno	379
13.3.3 Adicional de transferência	380
13.3.4 Adicional de periculosidade	381
13.3.5 Adicional de insalubridade	385
13.4 Parcelas sem natureza salarial	402
13.4.1 Abono do PIS	402
13.4.2 Ajuda de custo	403
13.4.3 Diárias de viagem	403
13.4.4 Participação nos lucros	404
13.5 Gueltas	406
13.6 <i>Stock option</i>	407
13.7 Salário-família	409
13.8 Salário-maternidade	410
13.9 Formas de fixação do salário	419
13.10 Salário-utilidade	421
13.10.1 Caracterização do salário-utilidade	421
13.10.2 Valor da utilidade	428
13.10.3 Salário-utilidade na relação de emprego doméstico	429
13.10.4 Utilidades sem natureza salarial	432
13.11 Tempo de pagamento do salário	435
13.11.1 Débitos salariais e mora contumaz	437
13.12 Local e forma de pagamento do salário	440
13.13 Garantia de proteção do salário	441
13.13.1 Garantias do salário perante o empregador	442
13.13.1.1 Irredutibilidade salarial	443
13.13.1.2 Intangibilidade salarial	447
13.13.1.3 A garantia do artigo 467 da CLT	450
13.13.2 Garantias do salário perante credores do empregado	460
13.13.3 Garantias do salário perante credores do empregador	463

14. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	473
14.1 Introdução: aspectos constitucionais e do Direito Internacional	473
14.2 Requisitos da equiparação salarial	475
14.2.1 Identidade de funções	475
14.2.2 Identidade de empregador	479
14.2.3 Identidade de local de trabalho	480
14.2.4 Trabalho de igual valor	482
14.2.5 Ausência de quadro de carreira na forma dos §§ 3.º e 4.º do art. 461 da CLT	485
14.2.6 Simultaneidade na prestação dos serviços	485
14.2.7 Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma	486
14.3 Equiparação salarial por função análoga	489
14.4 Equiparação salarial por equivalência	491
14.5 Salário do período de substituição não provisória	492
14.6 Equiparação salarial na terceirização	493
14.6.1 Equiparação salarial na intermediação de mão de obra	497
15. POLÍTICA SALARIAL	501
15.1 Introdução	501
15.2 Salário mínimo	501
15.3 Salário profissional e piso da categoria	506
15.4 Política salarial em vigor	509
16. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	515
16.1 Introdução	515
16.2 Requisitos para a validade da modificação de condições de trabalho	515
16.3 <i>Jus variandi</i>	518
16.4 Transferência do empregado	521
16.4.1 Conceito de transferência para fins trabalhistas	521
16.4.2 Regra quanto à transferência	522
16.4.3 Transferências permitidas	522
16.4.4 Despesas com a transferência	526
16.4.5 Transferência ao exterior	527
17. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	533
17.1 Introdução	533
17.2 Distinção e conceito	534
17.3 Hipóteses	534
17.3.1 Aborto	535
17.3.2 Acidente do trabalho	536
17.3.3 Auxílio-doença	544

17.3.4	Aposentadoria por invalidez	546
17.3.5	Aviso prévio	547
17.3.6	Eleição para cargo de diretor da sociedade	547
17.3.7	Encargo público	548
17.3.8	Faltas justificadas	549
17.3.9	Férias	560
17.3.10	Greve	560
17.3.11	Inquérito judicial para apuração de falta grave	562
17.3.12	Intervalo para descanso e refeição	566
17.3.13	Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação	567
17.3.14	Intervalo do trabalho em minas de subsolo	567
17.3.15	Intervalo em câmaras frias	568
17.3.16	Intervalo interjornada	568
17.3.17	Licença-maternidade	569
17.3.18	<i>Lockout</i>	581
17.3.19	Prisão e detenção do empregado	582
17.3.20	Prontidão e sobreaviso	582
17.3.21	Repouso semanal remunerado e feriados	584
17.3.22	Representação sindical	584
17.3.23	Segurança nacional	585
17.3.24	Suspensão disciplinar	586
17.3.25	Suspensão por violência doméstica e familiar à mulher	586
17.4	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	588
17.4.1	Contexto jurídico-social	588
17.4.2	Requisitos	589
17.4.3	Duração	590
17.4.4	Limitações	591
17.4.5	Ajuda compensatória mensal	591
17.4.6	Bolsa de qualificação profissional	592
17.4.7	Dispensa do empregado	594
17.5	Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empregado	595
18.	CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	599
18.1	Terminologia	599
18.1.1	Classificação	599
18.2	Conceito	601
18.3	Direito Internacional	601
18.4	Convenção 158 da OIT	601
18.4.1	Ratificação e denúncia da Convenção 158 da OIT	601
18.4.2	Análise das disposições da Convenção 158 da OIT	611
18.4.2.1	Âmbito de incidência	611

18.4.2.2	Justificação do término da relação de emprego ..	611
18.4.2.3	Procedimentos prévios por ocasião do término da relação de emprego	612
18.4.2.4	Aviso prévio para o término da relação de emprego	614
18.4.2.5	Indenização pelo término da relação de emprego	614
18.4.2.6	Dispensa coletiva	615
18.5	Modalidades de dispensa	619
18.6	Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho	620
18.6.1	Dispensa sem justa causa	620
18.6.1.1	Motivação da dispensa do empregado público .	621
18.6.2	Dispensa com justa causa	624
18.6.2.1	Terminologia	624
18.6.2.2	Conceito	626
18.6.2.3	Sistemas	626
18.6.2.4	Sistema taxativo da legislação brasileira	627
18.6.2.5	Tipificação da justa causa pelo empregador	631
18.6.2.6	Elementos da justa causa do empregado	631
18.6.2.7	Forma de comunicação da dispensa	634
18.6.2.8	Hipóteses de justa causa	635
18.6.3	Culpa recíproca	648
18.6.4	Demissão	649
18.6.4.1	Terminologia	650
18.6.4.2	Conceito	650
18.6.5	Despedida indireta	650
18.6.5.1	Terminologia	651
18.6.5.2	Conceito	651
18.6.5.3	Elementos da justa causa do empregador	651
18.6.5.4	Hipóteses de justa causa do empregador	653
18.6.5.5	Dispensa indireta e possibilidade de permanência no serviço	660
18.6.6	Cessação do contrato por falecimento do empregado	663
18.6.7	Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física	664
18.6.8	Extinção da empresa pelo falecimento do empregador	665
18.6.9	Cessação do contrato de trabalho por consentimento das partes	666
18.6.9.1	Planos de demissão incentivada	667
18.6.10	Cessação do contrato de trabalho por forçá maior	673
18.6.11	Cessação do contrato de trabalho por <i>factum principis</i>	677
18.6.12	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado ...	680

18.6.12.1	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado antes do advento do termo	680
18.6.12.2	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado pelo advento do termo	681
19.	AVISO PRÉVIO	683
19.1	Introdução	683
19.2	Conceito	683
19.3	Fundamento constitucional e legal	684
19.4	Natureza jurídica	684
19.5	Prazo e forma do aviso prévio	685
19.5.1	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço	686
19.6	Finalidade	692
19.7	Cabimento do aviso prévio	692
19.8	Consequências da ausência de concessão do aviso prévio	693
19.9	Aviso prévio e trabalho no período	696
19.10	Justa causa durante o aviso prévio	699
19.11	Reconsideração do aviso prévio concedido	701
20.	ESTABILIDADE	703
20.1	Introdução	703
20.2	Denominação	704
20.3	Conceito	705
20.4	Fontes formais do direito de estabilidade	705
20.5	Estabilidade por tempo de serviço	706
20.6	Garantias de emprego	709
20.6.1	Dirigente sindical	710
20.6.2	Representante da CIPA	718
20.6.3	Empregada gestante	721
20.6.4	Empregado acidentado	728
20.6.5	Empregado eleito diretor de cooperativa	734
20.6.6	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia	735
20.6.7	Membro do Conselho Curador do FGTS	737
20.6.8	Membro do Conselho Nacional de Previdência Social	737
20.6.9	Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência	737
20.6.10	Período eleitoral	741
20.6.11	Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT	743
20.6.12	Estabilidade do art. 19 do ADCT	750
21.	INDENIZAÇÃO	753
21.1	Introdução	753
21.2	Conceito	754

21.3	Natureza jurídica	754
21.4	Evolução do sistema de despedida no Brasil	756
21.4.1	Sistema da Constituição Federal de 1988	756
21.5	Indenização por tempo de serviço	758
21.5.1	Aposentadoria e contrato de trabalho	765
21.6	Indenização nos contratos a prazo determinado	772
21.7	Indenização compensatória de 40% do FGTS	774
21.8	Indenização adicional	775
22.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	779
22.1	Introdução e aspectos históricos	779
22.2	Conceito	784
22.3	Natureza jurídica	785
22.4	Administração	787
22.5	Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS	791
22.5.1	FGTS e relação de emprego doméstico	792
22.6	Depósitos do FGTS	794
22.7	Prazo para depósito do FGTS	799
22.8	Fiscalização do FGTS	800
22.9	Cobrança do FGTS e aspectos processuais	802
22.10	Saque do FGTS	806
22.11	Prescrição do FGTS	809
22.12	Diferença de indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de complemento de atualização monetária na conta vinculada por expurgos inflacionários de planos econômicos	812
23.	IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL	821
23.1	Introdução	821
23.2	Carteira de Trabalho e Previdência Social	822
23.2.1	Denominação	822
23.2.2	Destinação	822
23.2.3	Conceito	822
23.2.4	Destinatários	822
23.2.5	Conteúdo	823
23.2.6	Emissão	823
23.2.7	Anotações	824
23.2.8	Valor das anotações	826
23.2.9	Reclamação por falta ou recusa de anotação	827
23.2.10	Prescrição	829
23.3	Registro de empregado	830
24.	JORNADA DE TRABALHO	831
24.1	Introdução e aspectos históricos	831
24.2	Direito internacional	832

24.3	Evolução da jornada de trabalho no Brasil	833
24.4	Denominação	834
24.5	Conceito	834
24.6	Natureza jurídica	835
24.7	Classificação	836
24.8	Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho	837
24.9	Duração normal da jornada de trabalho	838
24.10	Horas <i>in itinere</i>	839
24.11	Varição de horário no registro de ponto	845
24.12	Trabalho em regime de tempo parcial	850
24.13	Trabalho em regime de escala de revezamento	852
24.14	Empregados excluídos do regime de duração do trabalho	859
24.14.1	Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário	860
24.14.2	Empregados gerentes	861
24.15	Jornada de trabalho especial do empregado bancário	864
24.15.1	Jornada de trabalho especial do advogado empregado	869
24.16	Jornada de trabalho do atleta profissional	872
24.16.1	Jogos e treinos	873
24.16.2	Intervalos durante os jogos	874
24.16.3	Concentração	874
24.16.4	Trabalho noturno	875
24.17	Prorrogação da jornada de trabalho	876
24.17.1	Acordo de prorrogação da jornada de trabalho	877
24.17.2	Prorrogação de jornada decorrente de necessidade impe- riosa	879
24.17.3	Prorrogação para recuperação de tempo de não realização do trabalho	881
24.17.4	Cálculo das horas extras	882
24.18	Compensação da jornada de trabalho	885
24.19	Trabalho noturno	893
24.19.1	Horário noturno	893
24.19.2	Adicional noturno	893
24.19.3	Hora noturna reduzida	894
24.19.4	Prorrogação do trabalho noturno	894
24.19.5	Horários mistos	895
24.19.6	Mudança para o turno diurno	896
24.19.7	Disposições especiais	896

25. INTERVALOS PARA DESCANSO 899

25.1	Introdução	899
25.2	Denominação	899
25.3	Conceito e natureza jurídica	900

25.4	Intervalo intrajornada	901
25.4.1	Intervalo para descanso e refeição	901
25.4.2	Serviço de mecanografia e digitação	911
25.4.3	Serviços em frigorífico e câmara fria	916
25.4.4	Serviços em minas e subsolo	917
25.4.5	Intervalo para amamentação	917
25.5	Intervalo interjornada	918
26.	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS	921
26.1	Introdução	921
26.2	Direito internacional	922
26.3	Evolução da matéria no Brasil	923
26.4	Denominação	924
26.5	Conceito	924
26.6	Natureza jurídica	925
26.7	Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos	925
26.7.1	Remuneração do descanso semanal	933
26.8	Descanso remunerado e trabalho em feriados	935
26.8.1	Remuneração dos feriados	944
26.9	Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico	944
26.10	Remuneração do descanso semanal e do feriado de empregado que não trabalha em regime de jornada integral ou que trabalha apenas alguns dias na semana	945
27.	FÉRIAS	951
27.1	Introdução	951
27.2	Direito internacional	952
27.3	Evolução da matéria no Brasil	952
27.4	Conceito	953
27.5	Natureza jurídica	953
27.6	Classificação das férias	954
27.7	Período aquisitivo	956
27.7.1	Duração das férias	956
27.7.2	Perda do direito às férias	961
27.8	Período concessivo	962
27.8.1	Fracionamento das férias	963
27.8.2	Feridos no curso das férias	968
27.9	Comunicação das férias	970
27.10	Remuneração das férias	971
27.11	Abono pecuniário de férias	973
27.12	Férias concedidas após o período concessivo	974
27.13	Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias	977

27.14 Prescrição da pretensão quanto às férias	983
27.15 Férias do empregado doméstico	984
27.16 Férias do professor	986
27.17 Férias do marítimo	987
28. TRABALHO DA MULHER	989
28.1 Introdução e aspectos históricos	989
28.2 Direito internacional	990
28.3 Evolução da matéria no Brasil	992
28.4 Fundamento das normas de proteção do trabalho da mulher	995
28.5 Condições de trabalho da mulher	996
28.6 Normas de proteção do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT	997
28.6.1 Duração, condições do trabalho e discriminação contra a mulher	997
28.6.2 Trabalho noturno da mulher	1001
28.6.3 Períodos de descanso no trabalho da mulher	1002
28.6.4 Métodos e locais de trabalho da mulher	1004
28.7 Proteção à maternidade	1006
28.7.1 Licença-gestante e salário-maternidade	1008
28.7.2 Licença-maternidade da mãe adotiva	1010
28.7.3 Prorrogação da licença-maternidade	1013
28.7.4 Garantia de emprego da empregada gestante	1019
29. TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1025
29.1 Introdução e aspectos históricos	1025
29.2 Direito internacional	1026
29.3 Evolução da matéria no Brasil	1028
29.4 Denominação	1030
29.5 Conceito	1031
29.6 Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente	1031
29.6.1 Conselhos Tutelares	1032
29.6.2 Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	1034
29.7 Trabalho proibido ao menor	1037
29.7.1 Idade	1037
29.7.2 Trabalho noturno	1038
29.7.3 Trabalho perigoso e insalubre	1038
29.7.4 Serviços prejudiciais	1039
29.7.5 Deveres e responsabilidade em relação ao menor	1041
29.7.5.1 Responsáveis legais	1041
29.7.5.2 Empregador e autoridade competente	1042
29.7.6 Duração do trabalho do menor	1042
29.8 Trabalho educativo	1043

30. NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO	1045
30.1 Introdução e aspectos históricos	1045
30.2 Direito internacional	1046
30.3 Disposições sobre a nacionalização do trabalho na CLT e sua vigência	1047
30.4 Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro	1051
31. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	1053
31.1 Introdução e aspectos históricos	1053
31.2 Direito internacional	1054
31.3 Denominação	1056
31.4 Conceito	1056
31.5 Segurança e medicina do trabalho inserida no meio ambiente do trabalho	1056
31.6 Disposições gerais	1058
31.6.1 Deveres da empresa	1058
31.6.2 Deveres do empregado	1058
31.6.3 Competência da DRT	1059
31.7 Inspeção prévia e interdição de estabelecimento	1059
31.8 Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas	1061
31.8.1 Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)	1061
31.8.2 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	1063
31.9 Equipamento de Proteção Individual	1066
31.10 Medidas preventivas de medicina do trabalho (PPRA, PCMSO e ASO)	1067
31.11 Edificações	1072
31.12 Iluminação	1073
31.13 Conforto térmico	1073
31.14 Instalações elétricas	1074
31.15 Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	1075
31.16 Máquinas e equipamentos	1076
31.17 Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	1077
31.18 Prevenção da fadiga	1078
31.19 Indústria de construção	1079
31.20 Trabalho a céu aberto	1079
31.21 Trabalhos em minas e subsolos	1079
31.22 Proteção contra incêndio	1081
31.23 Condições sanitárias	1082
31.24 Resíduos industriais	1082
31.25 Sinalização de segurança	1083
31.26 Asbesto (amianto)	1083

31.27 Insalubridade	1084
31.28 Periculosidade	1087
31.29 Normas comuns à insalubridade e à periculosidade	1091
31.30 Meio ambiente de trabalho rural	1093
31.31 Explosivos	1095
31.32 Líquidos combustíveis e inflamáveis	1096
31.33 Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	1096
31.34 Fiscalização e penalidades	1097
31.35 Segurança e saúde no trabalho portuário	1097
31.36 Segurança e saúde no trabalho aquaviário	1099
31.37 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	1101
31.38 Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	1102
31.39 Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval	1104
32. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	1107
32.1 Introdução	1107
32.2 Direito internacional	1108
32.3 Natureza jurídica	1108
32.3.1 Fiscalização do trabalho e jurisdição	1110
32.4 Carreira e atribuições	1114
32.5 Identificação do auditor-fiscal do trabalho	1115
32.6 Poderes do auditor-fiscal do trabalho	1116
32.6.1 Acompanhamento da inspeção do trabalho pelos represen- tantes dos trabalhadores	1117
32.7 Dupla visita	1118
32.8 Autuação	1118
32.9 Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho	1120
32.10 Recurso administrativo contra a imposição de multa	1120
32.11 Fiscalização do trabalho e mão de obra migrante	1124
33. ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1127
33.1 Introdução	1127
33.2 Denominação	1129
33.3 Natureza jurídica	1129
33.4 Necessidade de assistência na rescisão contratual	1130
33.5 Entes que prestam a assistência na rescisão contratual	1131
33.6 Efeito	1132
33.7 Prazos	1134
33.8 Consequências pelo descumprimento dos prazos	1135
33.9 Diferença entre pagamento (quitação) e transação	1138
33.9.1 Diferença entre assistência na rescisão contratual e Comissão de Conciliação Prévia	1139

34. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	1151
34.1 Conceito	1151
34.2 Fundamento e natureza jurídica	1152
34.3 Distinção entre decadência e prescrição	1152
34.3.1 Prescrição reconhecida de ofício	1157
34.4 Prescrição no direito do trabalho	1166
34.5 Prescrição na relação jurídica de emprego	1169
34.5.1 Prescrição total no Direito do Trabalho	1170
34.5.2 Prescrição quinquenal parcial e total	1171
34.5.3 Prescrição relativa à complementação de aposentadoria	1179
34.6 Emenda constitucional 28/2000 e prescrição do trabalhador rural	1187
34.7 Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho	1192
35. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1205
35.1 Denominação	1205
35.2 Natureza jurídica	1206
35.3 Conceito	1207
35.4 Princípios	1207
35.4.1 Liberdade sindical	1207
35.4.2 Autonomia coletiva dos particulares	1207
35.4.3 Adequação setorial negociada	1208
35.5 Aspectos históricos e do direito internacional	1208
35.6 Aspectos históricos no Brasil	1211
35.7 Organização sindical na Constituição Federal de 1988	1217
35.8 Liberdade sindical	1218
35.8.1 Liberdade de associação e liberdade de filiação	1219
35.8.2 Liberdade de fundação sindical	1221
35.8.3 Liberdade de organização sindical	1222
35.8.4 Liberdade de administração sindical	1224
35.8.5 Liberdade de atuação sindical	1225
35.9 Limitações ao princípio da liberdade sindical	1225
35.9.1 Unicidade sindical	1226
35.9.2 Base territorial não inferior à área de um município	1227
35.9.3 Sistema sindical organizado em categorias	1227
35.9.3.1 Conceito e classificação de categoria	1228
35.9.3.2 Categoria profissional diferenciada e os profissionais liberais	1231
35.9.4 Contribuição sindical obrigatória	1234
35.9.4.1 Valor da contribuição sindical	1234
35.9.4.2 Data de desconto e de recolhimento da contribuição sindical	1238

35.9.4.3	Forma de recolhimento da contribuição sindical ...	1239
35.9.4.4	Distribuição do valor da contribuição sindical ...	1240
35.9.4.5	Aplicação do valor da contribuição sindical	1247
35.9.4.6	Penalidades decorrentes do não recolhimento da contribuição sindical	1248
35.9.4.7	Fiscalização do recolhimento da contribuição sindical	1249
35.9.4.8	Cobrança da contribuição sindical	1250
35.9.4.9	Contribuição sindical rural	1254
35.9.5	Cláusulas que limitam a liberdade sindical	1258
35.9.6	Condutas antissindicais	1258
35.10	Sindicato	1259
35.10.1	Conceito	1260
35.10.2	Natureza jurídica	1260
35.10.3	Personalidade jurídica	1261
35.10.4	Dissolução	1261
35.10.5	Classificação	1262
35.10.6	Enquadramento sindical	1262
35.10.7	Órgãos do sindicato	1262
35.10.8	Eleições sindicais	1263
35.11	Entidades sindicais de grau superior	1265
35.11.1	Federações	1265
35.11.2	Confederações	1265
35.11.3	Administração	1266
35.12	Centrais sindicais	1267
35.13	Funções do sindicato	1274
35.14	Receitas do sindicato	1277
35.14.1	Contribuição sindical	1277
35.14.2	Contribuição confederativa	1277
35.14.3	Contribuição assistencial	1278
35.14.4	Mensalidade sindical	1279
35.15	Sindicato e defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria	1279
36.	CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	1291
36.1	Introdução	1291
36.2	Classificação	1292
36.3	Formas de solução	1293
36.3.1	Autodefesa	1293
36.3.2	Autocomposição	1293
36.3.3	Heterocomposição	1294
36.4	Negociação coletiva	1300

36.5	Contratação coletiva de trabalho	1301
36.5.1	Convenção coletiva de trabalho	1302
36.5.2	Acordo coletivo de trabalho	1304
36.5.3	Natureza jurídica	1306
36.5.4	Cláusulas	1308
36.5.5	Condições de validade e entrada em vigor	1309
36.5.6	Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo	1313
36.5.7	Conteúdo das cláusulas	1315
36.5.8	Incorporação ao contrato individual de trabalho	1316
36.5.9	Negociação coletiva na Administração Pública	1321
37.	REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA	1325
37.1	Introdução	1325
37.2	Previsão constitucional	1327
37.3	Participação na gestão da empresa	1328
38.	GREVE	1331
38.1	Introdução e evolução histórica	1331
38.2	Natureza jurídica	1334
38.3	Conceito	1334
38.4	Classificação	1334
38.5	Limites ao direito de greve	1335
38.6	Legitimidade	1337
38.7	Procedimento	1340
38.8	Direitos e deveres	1343
38.9	Abuso do direito de greve	1343
38.10	Efeitos sobre o contrato de trabalho	1344
38.11	Instauração de dissídio coletivo	1345
38.12	<i>Lockout</i>	1351
BIBLIOGRAFIA	1353
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1371